

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO E DO TEMPO HISTÓRICO NO *TRATADO* DE
GABRIEL SOARES DE SOUSA
(THE CONSTRUCTION OF SPACE AND HISTORIC TIME IN *TRATADO* BY
GABRIEL SOARES DE SOUSA)

Luiz Carlos FERNANDES (UEL)

ABSTRACT: *This study of enunciative dimension of a sixteenth century text examines some effects of meaning produced through the enunciative subject's selections related to discursive space, time and person. The vagueness of what is said by a 16th century traveler's chronicler evinces behind linguistical procedures like shifters. Distinctive traces of european recognition discourse on brazilian land are analyzed by means of its prevailing production conditions.*

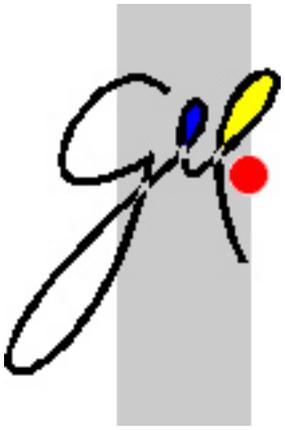
KEYWORDS: *discourse; enunciation; shifters; traveler's chronicle*

0. Introdução

Os primeiros relatos referentes à terra brasileira recém-descoberta contêm indícios bastante representativos do modo como se vai constituir, nos séculos seguintes, a identidade histórico-cultural de nosso país, bem como do delineamento de certas tendências marcantes da produção artística nacional no campo das letras. Assim, a partir da análise de um dos textos mais representativos do discurso sobre o Novo Mundo recém-descoberto, o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, procuramos delimitar as peculiaridades da formulação do discurso de reconhecimento da terra brasileira. Levamos em conta, para isso, as peculiares condições de produção a que o texto está atrelado.

Por se tratar de obra com função eminentemente prática, ao lado de objetivos genéricos como os de saciar a curiosidade do homem europeu sobre as novas terras de além-mar e despertar interesse dos contemporâneos pela empresa da colonização, o *Tratado* respondia também a uma aspiração pessoal de seu autor. Proprietário de terras e engenhos na colônia, deixa explícito no próprio texto o propósito de ver atendido o pedido que fizera ao rei Felipe II de Espanha, a quem a administração de Portugal estava então atrelada, para que o ajudasse na exploração de metais preciosos em terras do interior do Brasil.

A partir da instância enunciativa de seu discurso e com base nas escolhas realizadas pelo sujeito da enunciação quanto a espaço, tempo e pessoa, revelam-se importantes aspectos da materialidade lingüística do discurso quinhentista. Ao construir o espaço da terra recém-descoberta e o tempo da narrativa histórica da colonização das terras brasileiras, o cronista enunciadador é forçado a reconstruir simultaneamente, no sistema de referências de seu enunciatário, o homem branco que vive na Europa, as diferenças como similitudes para que possa vir a ser adequadamente interpretado. As dificuldades experimentadas pelo enunciadador na construção desse espaço e tempo histórico do Brasil podem ser percebidas através das marcas discursivas deixadas pelas debragens e embreagens do texto. Evidenciam-se nos dêiticos espaciais e temporais constituídos em verbos, pronomes pessoais e possessivos, adjetivos, advérbios,



manifestações das imprecisões do dizer do cronista manifestos durante o ato de enunciação.

1. Perspectiva Teórica

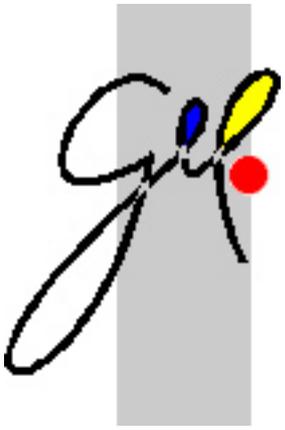
É sabido que a Análise do Discurso concebe a linguagem, não como mero suporte para a transmissão de informações, mas como lugar onde se constroem e modificam as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes. Condiciona radicalmente a organização da língua à suposição de um enunciador e de um destinatário manifestos no enunciado, assim como às relações com outras enunciações reais ou virtuais. Isso, porém, não se constitui numa dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura já constituída, mas sim no condicionamento radical da organização da língua. As operações sugeridas pela Análise do Discurso prevêm uma imbricação radical entre o discurso e seu modo de enunciação e, portanto, concebem a diversidade dos processos de enunciação como constitutiva da produção de sentido.

Os procedimentos de discursivização que instauram a pessoa, espaço e tempo da enunciação operam através da debreagem e da embreagem. Na primeira, durante a discursivização, “*a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si ... certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso*” (Greimas e Courtés, s/d, p. 95). As debreagens podem ser actancial, espacial ou temporal à medida que se tratem de disjunções das instâncias da pessoa, espaço ou tempo da enunciação: opõem-se assim ao lugar da enunciação um não eu, um não aqui e um não agora. É chamada de debreagem enunciativa aquela que leva à instalação no enunciado dos actantes, do espaço e do tempo da enunciação (nela, o não-eu, o não-aqui e o não-agora aparecem enunciados como eu, aqui e agora); a debreagem enunciva faz com que se instaurem no enunciados os actantes (ele), o espaço (algures) e o tempo (então) do enunciado. A debreagem do enunciado está subordinada à da enunciação, assim como o enunciado enunciado também é hierarquicamente inferior à enunciação enunciada já que é esta que estabelece o enunciado enunciado.

2. O reconhecimento do espaço e do tempo no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

A primeira parte do *Tratado* historia a origem e evolução das onze capitanias hereditárias em que estavam repartidas as terras do Brasil até 1580. O autor distribui os relatos em 74 capítulos dispostos em seqüência espacial desde o extremo norte, território correspondente à capitania doada a João de Barros, até à capitania de São Vicente no extremo sul. Vejamos a maneira como se compõem algumas das debreagens actanciais e temporais presentes nesse segmento da obra enquanto manifestações de procedimentos bastante característicos de sua formação discursiva.

O décimo capítulo relata a primeira tentativa de colonização da capitania cujo território correspondia ao dos estados atuais da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No primeiro parágrafo, a presença dos franceses em pontos do litoral nordestino é enunciada pelo sentido de aspecto habitual encerrado no passado com uma perífrase do verbo "costumar", a qual compõe uma primeira debreagem espacial. Segue-se outra



debreagem similar à enseada de Aratipicaba, esta construída com verbos no presente do indicativo (“*entram, fazem*”) usados para assinalar o acesso freqüente dos franceses a esse território, acontecimento que é concomitante ao momento da enunciação da crônica:

"entre esta ponta e porto dos Búzios está a enseada de Tabatinga, onde também há surgidouro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francesas e fazer sua carga de pau de tinta"; "entre um e outro rio está a enseada Aratipicaba, onde dos arrecifes para dentro entram naus francesas e fazem sua carga".(Tratado, p. 51)

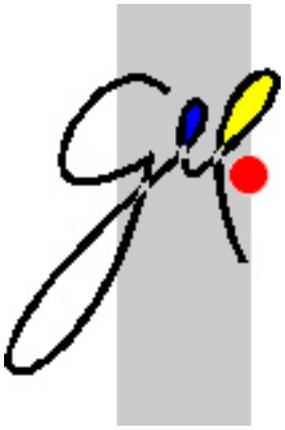
A exemplo do que encontramos em outros pontos do *Tratado*, neste capítulo a volta dos filhos do donatário (“*se vieram para este Reino*”, *Tratado*, p. 51) é enunciada com um deslocamento do ponto de referência espacial do narrador para o reino português, resultante do emprego do verbo “*vir*” acompanhado do demonstrativo de primeira pessoa. Como o narrador está espacialmente debruado no Brasil ao enunciar essa ida para Portugal, o jogo enunciativo sobrepõe os locais onde estão enunciatador e enunciatário. No mesmo parágrafo, a função anafórica da oração adverbial “*como fica dito atrás*” repete procedimento enunciativo típico neste *Tratado*, que é aqui utilizado para dar maior ênfase às perdas que o donatário teria sofrido. O uso do adjunto “*atrás*” acompanhando uma forma do presente do indicativo tem valor de **pretérito perfeito 1¹** e serve para exprimir a continuidade lógica do passado: “*gastou muita soma de mil cruzados, sem desta despesa lhe resultar nenhum proveito, como fica dito atrás*” (*Tratado*, p. 51).

Pouco mais adiante, o histórico da capitania de Itamaracá vem introduzido por debreagens temporal e actorial que marcam um recuo ao período das doações joaninas, instalando no enunciado os actantes D. João III e Pero Lopes de Sousa. Para a narração de acontecimentos acabados e pontuais ocorridos nesse período, são aí empregadas formas verbais do **pretérito perfeito 2²** (“*andou*”, “*levou*”, “*partiu*”, “*gastou*”, “*saíram*”, “*teve*”). Conforme é comum nas perífrases com o verbo “*ir*”, a marca de tempo futuro (Travaglia, 1985, p. 222) é utilizada em “*foi povoar*” para expressar a noção de que o povoamento da capitania era ainda bastante incipiente no momento pretérito de referência. Novamente chama a atenção aqui a inversão na indicação de movimento expressa pelo verbo “*ir*”: embora debruado no **aqui** do enunciado (o Brasil), o sujeito da enunciação enuncia a partida do donatário a partir da origem num lugar **lá** (o continente europeu), preterindo o emprego do verbo “*vir*”. É como se o cronista construísse esse enunciado a partir de uma dimensão espacial coincidente com a dos seus interlocutores posicionados na sede do reino português:

“dessa capitania fez el-rei D. João III de Portugal mercê de Pero Lopes de Sousa, que foi um fidalgo muito honrado, o qual, sendo mancebo, andou por esta costa com armada à sua custa, em pessoa foi povoar esta capitania com moradores que para

¹ Na sistematização dos tempos verbais, Fiorin inclui o pretérito perfeito 1 no rol dos tempos enunciativos (Fiorin, 1996, p.148).

² As formas do pretérito perfeito 2 aparecem como participantes dos tempos enuncivos na classificação referida anteriormente. (Fiorin, 1996, p.148).



isso levou do porto de Lisboa de onde partiu; no que gastou alguns anos e muitos mil cruzados com muitos trabalhos e perigos, em que se viu, assim no mar pelejando com algumas naus francesas que encontrava, como em terra em brigas que com eles teve de mistura com os potiguares, de quem foi por vezes cercado e ofendido até que os fez afastar desta ilha de Itamaracá e vizinhança dela.” (Tratado, p. 56)

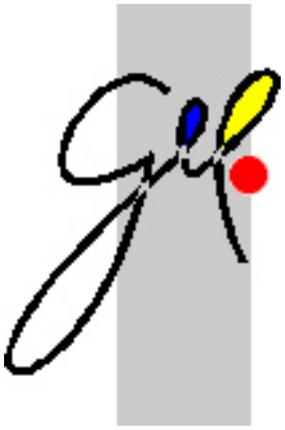
O capítulo 28 da primeira parte fala da povoação da Bahia e abre-se com uma embreagem actancial em que a pessoa “tu” do enunciatário apresenta-se como sujeito indeterminado representado pelo pronome de terceira pessoa “quem”³, numa projeção dos leitores na narrativa que vem marcada por um tom solene. A debreagem actancial para a apresentação do primeiro donatário da Bahia vem acompanhada de uma debreagem temporal a uma instância de posterioridade marcada pelas formas verbais do futuro do subjuntivo (“quiser”) e do futuro do presente (“sabe-lo-á”, “verão”); seu marco de referência é o momento futuro da narração da leitura dos “livros da Índia”, com o que se ressalta na enunciação a permanência dos feitos de Francisco Pereira Coutinho na memória coletiva: “quem quiser saber quem foi Francisco Pereira Coutinho, leia os livros da Índia, e sabe-lo-á; e verão seu grande valor e heróicos feitos” (Tratado, p. 73).

Na frase em que se enunciam, no capítulo 42, os limites do território doado por D. João III a Vasco Coutinho, o emprego das formas do imperfeito do subjuntivo em orações subordinadas adjetivas (“coubesse”, “acabasse”) tem a função de denotar fatos irrealis e apenas prováveis. Essa escolha lingüística faz com que se perceba o quanto eram arbitrários os critérios que orientavam a demarcação do espaço geográfico das capitanias no período quinhentista:

“el-rei D. João III de Portugal satisfez, fazendo-lhe mercê de cinquenta léguas de terra ao longo da costa no dito Estado, com toda a terra para o sertão, queoubesse na sua demarcação, começando onde acabasse Pedro de Campo, capitão de Porto Seguro” (Tratado, p. 91).

No capítulo 44, a descrição dos limites da capitania de São Tomé toma como ponto de referência a divisa com as capitanias limítrofes a ela. É enunciada num tempo posterior à instância temporal da debreagem enunciativa, ou seja, a época da repartição das capitanias. Os sentidos conotados pelas formas verbais aí empregadas assinalam o caráter dúbio e vacilante das determinações reais em que o enunciadador certamente baseou sua descrição. A imprecisão nos limites da capitania inscreve-se no texto através do sentido verbal do futuro do pretérito (Fiorin, 1996, p. 160) e dos sentidos de incerteza e dúvida expressos pelo verbo “haver” no imperfeito do subjuntivo; ao lado destes, acrescente-se o sentido hipotético produzido pela embreagem em que o

³ No comentário sobre o emprego da terceira pessoa no lugar da segunda, Fiorin destaca a concessão ao outro de um lugar especial como indicação de afeto, carinho ou respeito. Reporta-se a Maingueneau, para quem o uso da não-pessoa em lugar da segunda pessoa é “marca lingüística de extremo respeito”. Assim, não constituindo a pessoa a quem se dirige como seu enunciatário, o enunciadador nega qualquer comensurabilidade com ela (Fiorin, 1996, p. 88).



imperfeito do indicativo do verbo "dar" neutraliza o uso do futuro do pretérito nesse enunciado.

A oração reduzida de gerúndio com o verbo “*ver*”, no enunciado de abertura do capítulo 56, assinala uma debreagem à época da reunificação da administração colonial, o ano de 1577. O emprego das formas do pretérito mais-que-perfeito (“servira”) e imperfeito do indicativo (“andava”, “era”) marcam, porém, um recuo ao período de vigência da repartição administrativa, ou seja, entre 1572 e 1577. As do último tipo referem-se ao passado com o aspecto imperfectivo, destacando sua duratividade, enquanto que a primeira apresenta-o como perfectivo, isto é, em sua totalidade (Travaglia, 1985, p. 98). A ordem do rei para o encaminhamento de apelos judiciais à Bahia é enunciada pelo verbo “*vir*” no imperfeito do subjuntivo. Confirma-se aqui o uso dessa forma verbal em orações subordinadas substantivas que se seguem a expressões denotadoras de ordem para produzir a idéia de prescrição (Travaglia, 1985, p. 178), que se relaciona no texto ao novo estatuto jurídico da colônia. Por outro lado, o sentido de movimento denotado por este verbo assinala a identificação espacial do ponto-de-vista enunciativo com o espaço enuncivo da Bahia e não com o da capitania do Rio de Janeiro:

“vendo el-rei D. Sebastião o pouco que lhe servira dividir o Estado do Brasil em duas governanças, assentou de o tornar a ajuntar, como dantes andava, e o de mandar por capitão e governador ao Rio de Janeiro somente a Salvador Correia de Sá, e que viessem as apelações à Bahia, como dantes era.” (Tratado, p. 107).

Encontram-se no capítulo 60 várias embreagens enunciativas empregadas pelo mecanismo enunciativo para pontuar para o leitor avanços e recuos do foco narrativo. A projeção actancial do enunciator é neutralizada na primeira embreagem pelo uso do infinitivo verbal, mas a instância enunciativa aparece marcada pelo presente do indicativo e por adjuntos adverbiais (“antes”, “adiante”) que remetem ao tempo e ao lugar da enunciação. O advérbio “adiante”, que indica uma posição orientada na direção do prolongamento a partir de um ponto em que está o olhar do observador (Fiorin, 1996, p. 274), marca o avanço da narrativa em direção aos relatos que se seguirão a este capítulo: “parece que é necessário, antes de passar mais adiante, declarar cuja é a capitania de São Vicente” (Tratado, p. 111). Na passagem “deixando nela quem a governasse e defendesse, se veio para Portugal” (Tratado, p. 112) projeta-se uma instância temporal de posterioridade em relação ao marco pretérito da ida de Martim Afonso para a Europa, o que é representado por verbos no imperfeito do modo subjuntivo. Já no enunciado “deu ordem com que mercadores e poderosos fossem e mandassem a ela fazer engenhos de açúcar e grandes fazendas” (Tratado, p. 112), a exploração do sentido modal do subjuntivo serve enfatiza o caráter imperioso do que é prescrito pelo governador-geral.

3. Conclusão

Como se pode perceber, ao projetar um interlocutor situado em espaço e tempo diferentes ao da enunciação, o autor da crônica coloca-se a dificuldade suplementar de ter que comunicar diferenças que não são apenas geográficas e físicas, mas também e



principalmente, culturais. Assim, a construção do espaço da terra recém-descoberta e o tempo da narrativa histórica da descoberta e colonização das terras brasileiras devem rearticular simultaneamente, no sistema de referências desse enunciatário europeu, tanto diferenças como similitudes para que possa vir a ser interpretado. Para isso, o enunciador elege como marco espacial e temporal, a partir do qual vai alinhando fatos históricos recentes e espaços ainda não de todo definidos, as capitâneas hereditárias em que a administração portuguesa desmembrou o território da colônia. A própria noção de “capitania” acaba funcionando, desse modo, como o interdiscurso que dá coerência a um feixe de sentidos espaciais e temporais, e é o que acaba assegurando coerência à narrativa histórica.

Na condição peculiar da interlocução de seu texto, está presente um enunciador europeu que se dirige a outro europeu ao formular como objeto do discurso dados referentes a um mundo onde tudo ainda permanece inédito e desconhecido. Tal realidade apenas pode tornar-se interpretável se estiver associada a alguma forma de identidade, fazendo-se com que o *outro* seja trazido para próximo do *mesmo*, do *já conhecido*, para poder fazer sentido e ser reconhecido. Ou seja, é preciso inserir o inédito em uma formação discursiva a partir da qual possa vir a fazer sentido.

O fazer discursivo exige muito do enunciador, pois este relata, com olhar histórico, fatos ainda bastante recentes, contando com informações ainda muito imprecisas sobre o vasto território e sobre os fatos históricos da vida colonial do Brasil. A observação das marcas que o jogo enunciativo das embreagens e debreagens espaço-temporais deixam no discurso evidenciam as dificuldades enfrentadas pelo enunciador para construir o espaço da terra e o tempo da narrativa histórica.

RESUMO: Neste trabalho é enfocada a instância enunciativa de um texto quinhentista para avaliar determinados efeitos de sentido produzidos pelas escolhas do sujeito enunciativo quanto a espaço, tempo e pessoa do discurso. Ao lado do que é dito pelo cronista, evidenciam-se as imprecisões do dizer manifestos em procedimentos como as debreagens e as embreagens. Analisam-se assim as peculiaridades do discurso de reconhecimento da terra brasileira com base nas condições de produção nele predominantes.

PALAVRAS-CHAVE: discursivização; enunciação; debreagem; crônica de viagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

GREIMAS, Algirdas Julien e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O Aspecto Verbal no Português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.